

CARTOGRAFIA DAS PERCEPÇÕES AMBIENTAIS-TERRITORIAIS DOS PESCADORES DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO COM UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GEOINFORMAÇÃO

Christian Nunes da SILVA¹

RESUMO: A percepção ambiental-territorial está presente em todos os aspectos sensíveis das pessoas, pois sentir o espaço é perceber sua existência. Este trabalho procura realizar uma discussão a respeito da questão ambiental e territorial, fazendo um diálogo de como a percepção dessas estruturas, objetivas e subjetivas, são compreendidas por pessoas que realizam atividades cotidianas em determinados espaços, aqui enfocando os trabalhadores da pesca. Buscou-se uma fundamentação teórica condizente com o assunto e a utilização de produtos cartográficos que exemplifiquem e retratem no espaço a temática proposta. Como os pescadores artesanais percebem e interagem no ambiente/território determina a cartografia por eles materializada, o resultado dessa percepção é a delimitação concreta de suas territorialidades no espaço.

Palavras-chave: Território e Territorialidade, Percepção Ambiental-territorial, Atividade Pesqueira, Instrumentos de Geoinformação.

ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL-TERRITORIAL PERCEPTIONS OF THE FISHERMEN OF THE AMAZON ESTUARY WITH USE OF INSTRUMENTS OF GEOINFORMATION

ABSTRACT: The environmental-territorial perception is present in all the sensitive aspects of the people, because to feel the space it is to understand your existence. This work tries to accomplish a discussion regarding the environmental and territorial subject, making a dialogue of as the perception of those structures, lenses and subjective, are understood by people that accomplish daily activities in certain spaces, here focusing the workers of the fishing. A suitable theoretical of agreement for with the subject and the use of cartographic products that exemplify and portray in the space the thematic proposal. As the handmade fishermen notice and they interact in the environment/territory it determines the cartography for them materialized, the result of that perception is the concrete representation of your territories in the space.

Key Words: Territories, Environmental-territorial Perception, Fishing Activity, Instruments of Geoinformation.

ANALYSE DES PERCEPTIONS DE L'ENVIRONNEMENT-TERRITORIALES DES PÊCHEURS DE L'ESTUAIRE AMAZONE AVEC USAGE D'INSTRUMENTS D'INFORMATION GÉOGRAPHIQUE

LE RÉSUMÉ: La perception de l'environnement-territoriale est présente dans tous les aspects sensibles des gens, parce que sentir l'espace c'est comprendre votre existence. Ce travail essaie d'accomplir une discussion concernant le sujet de l'environnement et territorial et fait un dialogue de comme la perception de ces structures, lentilles et subjectif, est compris par gens qui accomplissent des activités journalières dans les certains espaces, ici qui concentre les ouvriers de la pêche. Un convenable théorique d'accord pour avec le sujet et l'usage de produits cartographiques qui exemplifient et peignent dans l'espace la proposition thématique. Comme les pêcheurs faits à la main remarquent et ils réagissent réciproquement dans l'environnement/territory il détermine la cartographie pour eux a matérialisé, le résultat de cette perception est la représentation concrète de vos territoires dans l'espace.

Mots Clés: Territoires, Perception de l'environnement-territoriale, Pêcher l'Activité, Instruments de l'information géographique.

¹ Geógrafo, Mestre em Geografia – UFPA, Doutorando em Ecologia Aquática e Pesca – PPGEAP/FUPA, Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFPA. e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O território é um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam na manifestação de Poder, podendo gerar ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2006). Desse modo, verifica-se que a problemática que envolve a apropriação do espaço por diversos personagens deve causar preocupação e interesse na maioria dos estudiosos que se atêm a estudar o espaço geográfico, apropriado pelo homem. Da territorialização do indivíduo surgem diversas territorialidades, o ato de se territorializar é intrínseco dos seres humanos, pois estes necessitam de espaços próprios para realizarem suas atividades e para delas sobreviverem. O reflexo dessas territorialidades materializa-se no espaço humanizado; percebido e pensado pelo homem e, dessa forma, vivido e modificado.

No momento em que diversas territorialidades surgem, podem ocorrer fenômenos de (des)territorialização e multiterritorialização (HAESBAERT, 2002, 2004), que refletem naquele espaço determinado e motivam a geração de conflitos emergentes entre os indivíduos que compõem/interagem com o espaço apropriado – o território. A partir dessas apropriações territoriais, apresentam-se indícios de que as formas de gestão ou ordenamento territorial devem levar em consideração a diversidade de atores e de interesses, para que se possam entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado.

A percepção que os indivíduos têm do ambiente em seu entorno – do espaço geográfico, reflete na forma de como estes modificam este espaço conforme suas necessidades. Surge então a necessidade de se discutir essa relação com o espaço, de como ele é percebido e possuído pelos seres humanos, sem na maioria das vezes, considerar outras espécies viventes, a não ser quando a falta dessas espécies representa a falta de recursos para supressão das necessidade humanas.

Desde há muitas épocas passadas os seres humanos vêm utilizando os recursos aquáticos como forma de atender suas necessidades materiais. Dentre os agentes modificadores do espaço, os pescadores artesanais² são aqueles que dependem significativamente dos recursos que procuram, pois a relativa abundância, que como exemplo de outros recursos vem decaindo devido a exploração constante (FAO apud ISAAC, 2006), impulsiona-os a locais cada vez mais distantes para a obtenção dos recursos pesqueiros, principalmente quando se trata de pesca oceânica.

O pescador em geral, tem íntima relação com os locais onde realizam suas atividades, pois do reconhecimento dos territórios de pesca, repassados de geração em geração, de pescador para pescador (MORAES, 1996, 2002; MALDONADO, 1993), esses indivíduos percebem os seus espaços de maneira eficaz, guiando-se por fenômenos naturais, incrementados no momento atual com a utilização de tecnologias mais avançadas (SILVA, 2003a, 2006). O relacionamento dos conhecimentos tradicionais dos pescadores com técnicas de geotecnologias torna possível a visualização e expressão cartográfica da realidade, territorializada e muitas vezes conflituosa. Então esses instrumentos de geoinformação³ possibilitam a melhor análise do espaço geográfico.

² Os pescadores artesanais que realizam suas atividades nos rios da Amazônia praticam a pesca de forma tradicional (ISAAC e BARTHEM, 1995) permanente e de forma complementar a outras atividades econômicas de pequeno produtor, com baixa densidade tecnológica e baixa produção é um tipo de pesca realizada apenas para suprir o pequeno pescador artesanal e sua família (ANDRIGUETTO FILHO, 1999). Contudo, ocorre também a prática da venda do excedente, quando este pode ser transportado até as áreas de comercialização do pescado.

³ Os instrumentos de geoinformação abrangem aqueles mecanismos utilizados para a análise do espaço geográfico, são *softwares* e *hardwares* que auxiliam os usuários na confecção de produtos de representação geográfica e cartográfica.

2. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL-TERRITORIAL

Conforme dito anteriormente, a percepção ambiental-territorial dos seres humanos está intimamente ligada ao território que eles habitam e trabalham, ocasionando uma identidade com este espaço, sendo que a primeira apreensão que se tem do lugar de morada e trabalho é a paisagem, pois Santos (1996, p. 61) afirma que “a paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Sendo que, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção”. A percepção ambiental-territorial ou territorial-ambiental é a percepção geográfica, que os indivíduos tem do espaço geográfico, esta percepção é o ponto fundamental para se entender a realidade, pois dela depende como o indivíduo pensará o espaço para modificá-lo.

Dessa forma, o ambiente é ponto de referência para estudos que fazem relação direta entre a sociedade e o uso dos recursos naturais, pois a relação estabelecida entre os dois elementos mostra como a sociedade percebe e atua, modificando o território de influência, por meio de seus costumes e técnicas, ou seja, por meio de um modo de vida *cimentado* (LA BLACHE, 1954). Perceber como a sociedade interfere no meio ambiente é verificar como este ambiente está sendo trabalhado. Assim, o saber local – a cognição do espaço local, torna-se mais um ponto de apoio para se entender a realidade, pois em geografia importa tanto a percepção como a cognição (OLIVEIRA, 2004), pois a primeira é imediata (mediante os órgãos sensoriais), contatos diretos e imediatos com os objetos e seus movimentos, dentro do campo sensorial (OLIVEIRA; MACHADO, 2004, p. 191), enquanto que a segunda pode ser considerada como um conjunto de diversos tipos de percepções, mapeamentos, avaliações, condutas e ações que se articulam, se interagem e são apreendidos pelo indivíduo formando o que entende-se por conhecimento.

Segundo Bourdieu (2001), a sociedade se identifica com a região e com o território em que habita e trabalha por meio de características próprias do território, sejam elas naturais ou humanizadas. Assim sendo, identificando-se com o território a sociedade adquire e reconhece esse espaço como parte de sua própria identidade, como elemento integrante de seu modo de vida, podendo requerê-la como uma nação, ou no caso específico desse trabalho, enquanto área de influência para as atividades pesqueiras, onde ocorre cotidianamente as atividades laborais tradicionais de um grupo de indivíduos, daí se denominar para essas populações como “população tradicionais”, pois têm tradições no uso para com os recursos naturais e estão intimamente ligadas ao lugar de onde são nativas por meio de um conjunto de símbolos reconhecidos pela coletividade⁴.

A percepção ambiental e a conseqüente simbologia dada ao território alteram-se de acordo com aspectos econômicos e sociais, modificando a cultura coletiva. Assim, a identificação e o auto-conhecimento do indivíduo com o território em que trabalha e vive, é ponto marcante para o reconhecimento de uma coletividade-segregativa, a partir do momento que separa e ao mesmo tempo une uma população ou comunidade com características próprias, ordenando dessa forma, o território em que vive.

A percepção do território pode ser definida geograficamente como o espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos – e reconhecidos, que são apropriados e ocupados por um grupo social, uma comunidade ou uma população tradicional organizada. Dessa forma, Bourdieu (2001) demonstra que é de fundamental importância a identidade do indivíduo para com o território, pois dessa maneira estes indivíduos podem representar seus territórios por meio de símbolos, percebendo-os e mapeando-os.

Todavia, quando ocorre a segregação das populações tradicionais dos espaços dos quais são nativas, há uma série de embates pela sua posse. A percepção do território de morada e de trabalho passa a ser ameaçada, ante a perspectiva de perda. A agricultura, a pecuária e a pesca industrial desordenadas – impostas pelo capital e pelo mercado consumidor, são fatores que competem para a expulsão de populações tradicionais de seus locais de origem.

⁴ As populações tradicionais são também conhecidas na Amazônia como “povos da floresta”, fazendo parte as comunidades tradicionais ribeirinhas, os remanescentes de quilombos, indígenas e seus descendentes.

A percepção dos pescadores artesanais e demais habitantes tradicionais não é somente um conhecimento imediato, pois, conforme Moraes (apud SILVA, 2006) afirma, o conhecimento dos pescadores “é um conhecimento adquirido e lapidado pela relação com o meio ambiente e herdado de gerações anteriores, transformado, condensado com outros tipos de conhecimento que permitem a estas populações uma ampla compreensão do meio em que vivem”, para ser aliado, posteriormente, aos conhecimentos científicos.

Assim, a percepção é ponto importante na manutenção dos modos de vida destas populações, bem como de seus territórios, pois quando se fala da importância da manutenção dos saberes detidos pelos pescadores artesanais e pelas demais populações ditas tradicionais.

[...] está se referindo a todo um saber mítico, simbólico e cultural – patrimonial, que índios, seringueiros, pescadores, coletores – povos do mar, da terra e da floresta, vêm produzindo em simbiose com os ciclos produtivos e naturais, em relação de profundo respeito ao meio em que se inserem. O conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habitam constitui um verdadeiro patrimônio de que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta (CUNHA, 2003, p. 77).

Desse modo, questiona-se em como analisar uma realidade de ordenamento territorial onde os limites são aparentemente abstratos ou naturais, sendo que nem todos estes limites são reconhecidos pelos participantes do processo – não reconhecidos pelas instituições de fiscalização, mas pelos atores que vivem deste espaço, os pescadores.

3. A PERCEPÇÃO EM TERRITÓRIOS DE PESCA

A percepção ambiental-territorial que os pescadores possuem do espaço não é somente o espaço vivido em si, pois além do espaço de moradia e de trabalho, o espaço vivido, a percepção territorial dos pescadores atribui a este espaço a questão do poder, da idéia de posse do indivíduo, ou grupo de indivíduos, por determinada parcela do espaço – o território, no caso aqui estudado, materializa-se na efetivação de territórios de pesca, os quais podem ser representados cartograficamente pelos pescadores por meio de técnicas de geoinformação. No caso deste estudo utilizou-se para o trabalho de campo o Sistema de Posicionamento Global – GPS, e o *software* ArcGis 9.2 para a construção de mapas.

Como foi dito anteriormente, a percepção territorial dos pescadores artesanais é de fundamental importância para o entendimento da criação e do fortalecimento de suas territorialidades. Como os pescadores artesanais se localizam, mapeiam seu território de atuação deve ser considerado. Contudo, como os pescadores artesanais cartografam seu território de atuação deve ser mostrado pelos próprios pescadores artesanais, pois desse fato surgirá, conseqüentemente, um novo modelo de ordenamento pesqueiro que além de levar em consideração a localização dos recursos naturais, leva em consideração também a cultura e o território estipulado pelas diversas colônias de pescadores existentes no território brasileiro.

Com o reconhecimento desta cartografia, que leva em consideração a percepção territorial dos pescadores, é possível que se minimizem os conflitos entre os pescadores; que os organismos públicos também reconheçam este mapeamento e que sejam criadas políticas públicas que beneficiem diretamente as colônias de pesca e seus pescadores integrantes. Deste modo, conforme será explorado mais adiante, a noção de percepção territorial e ambiental procura reconhecer a cartografia do território do pescador artesanal, como, porventura, os territórios se justapõem e se sobrepõem, para que sejam localizados os pontos de conflito entre estes, ou seja, aqueles territórios que são reconhecidos como de posse de mais de um pescador ou de uma comunidade de pescadores.

Dessa maneira, pode-se perceber, antecipadamente, peculiaridades que caracterizam os recursos pesqueiros e que os diferenciam dos recursos terrestres:

- são móveis, pois os animais e vegetais “transitam”, ou movem-se de acordo com a dinâmica das marés, das cheias e dos períodos de seca;
- não são limitados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. Assim, o território de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, porém que se encontra em maior quantidade em determinados territórios – os pesqueiros. O território é demarcado abstratamente – a percepção territorial está relacionada à esfera cognitiva do pescador.
- são fluídos espacialmente, pois estes recursos encontram-se concentrados em locais estratégicos que os pescadores artesanais denominam de pesqueiros, sendo que estes pesqueiros possuem uma fluidez de volume que se caracteriza conforme a quantidade de pescado que é extraída. Quanto maior a extração, menor será a oferta destes recursos pelo meio ambiente. O processo inverso pode ser observado quando o pesqueiro passa por um período de “descanso”, ou uma forma de “pousio” caracterizado pela piracema⁵;
- são instáveis ecologicamente, devido a sua disponibilidade, pois podem acabar se a extração ultrapassar a capacidade de suporte e os recursos não forem repostos com a obediência ao período da piracema;
- são recursos públicos, pois segundo o Decreto Lei 221/67 (SANTOS, 1997) todo o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público e, portanto, de livre acesso para sua exploração por todas as pessoas devidamente autorizadas (SANTOS, 1997; ISSAC; BARTHEM, 1995);
- são recursos imprevisíveis economicamente, pois sua disponibilidade é dada pelas imposições dos fatores naturais à atividade pesqueira, como por exemplo o clima e a geomorfologia dos cursos d’água.
- são recursos imprevisíveis temporalmente, pois os pescadores não têm tempo de trabalho certo, como acontece com trabalhadores que realizam suas atividades nos ambientes terrestres.

Estas peculiaridades fazem com que os pescadores tenham a obrigação, devido disso necessitarem para subsistir, de se tornarem conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento (MALDONADO, 1993). Este conhecimento deve ser protegido pelos pescadores para evitar que seus pesqueiros, isto é, seus territórios de pesca, sejam invadidos por outros pescadores. Moraes (2002) enfoca que são processos cognitivos que são passados hereditariamente para as gerações futuras do pescador, onde a técnica define a territorialidade do pescador, porém não define a territorialidade do pesqueiro.

Todavia, os pescadores artesanais, conforme foi verificado por outros autores (BEGOSSI, 2001, 2004, 2006; MALDONADO, 1993), não procuram os recursos pesqueiros por acaso, mas buscam em locais específicos dos meios aquáticos. Essa afirmação, comprovada com a pesquisa de campo em um rio da região amazônica (SILVA, 2006), demonstra que os recursos pesqueiros estão territorialmente localizados, porém com uma certa mobilidade, encontrando-se em “manchas”, isto é, conforme Begossi (2004, p. 225-226), verifica, o que os pescadores denominam como “pesqueiro”, são na verdade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas. Dessa forma, os pesqueiros são os pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflitos, sendo então territórios ocupados por determinados pescadores que reconhecem naquele espaço delimitado uma apropriação. Begossi (2006) verifica a importância da territorialidade em seu trabalho, enfatizando que estudos sobre a atividade pesqueira

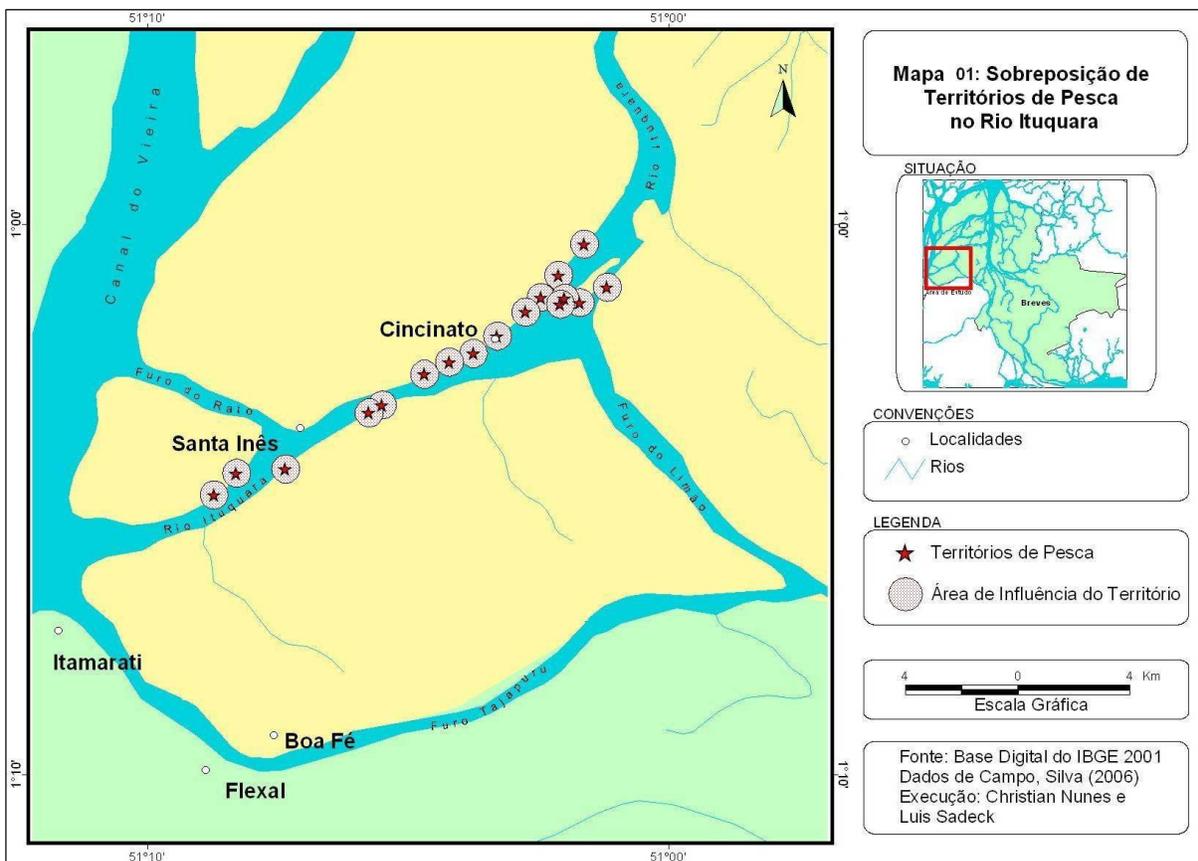
⁵ Período de reprodução de diversas espécies de peixes, neste tempo a pesca deve ser proibida para que os estoques pesqueiros sejam garantidos.

raramente levam em consideração as regras e/ou normas estabelecidas pelos pescadores no que tange à organização do espaço:

Territoriality has been one of the classic behaviors among fishers that has helped to exclude outsiders and maintain aquatic resource availability for the local artisanal fisheries. Territories have been owned or defended by families, groups, communities, and villages, among others. The temporal scale as it relates to the existence of local rules and institutions in the use of resources is seldom taken into account in studies, because comparative temporal data are especially difficult (BEGOSSI, 2006, p. 02)

Em um ambiente de rio, como ocorre em alguns rios da Amazônia (SILVA, 2006) os territórios são reconhecidos segundo as atividades exercidas cotidianamente neste espaço, observando a estreita relação existente entre a utilização de tecnologias para o melhor uso dos recursos naturais, que interfere no modo de vida dos pescadores artesanais. Assim aos territórios de pesca ou pesqueiros é atribuída uma noção de poder, isto é, podem possuir donos, ou famílias que são donas, sendo que várias famílias aparentadas podem se utilizar do mesmo pesqueiro, derivando muitas vezes em acordos entre familiares ou membros das comunidades (MCGRATH, 1993; RUFFINO, 2005; SILVA e BEGOSSI, 2004).

Assim, partindo da percepção que os pescadores têm de seus territórios, de convívio e de trabalho, pode-se verificar exemplos de pesqueiros, segundo a cartografia proposta e vivificada pelos próprios pescadores. No mapa 01, representando o rio Ituquara no município de Breves, estado do Pará, observa-se a cartografia percebida por estes pescadores do ambiente em que eles mantêm uma relação de posse, para conseguir suas fontes de subsistência.

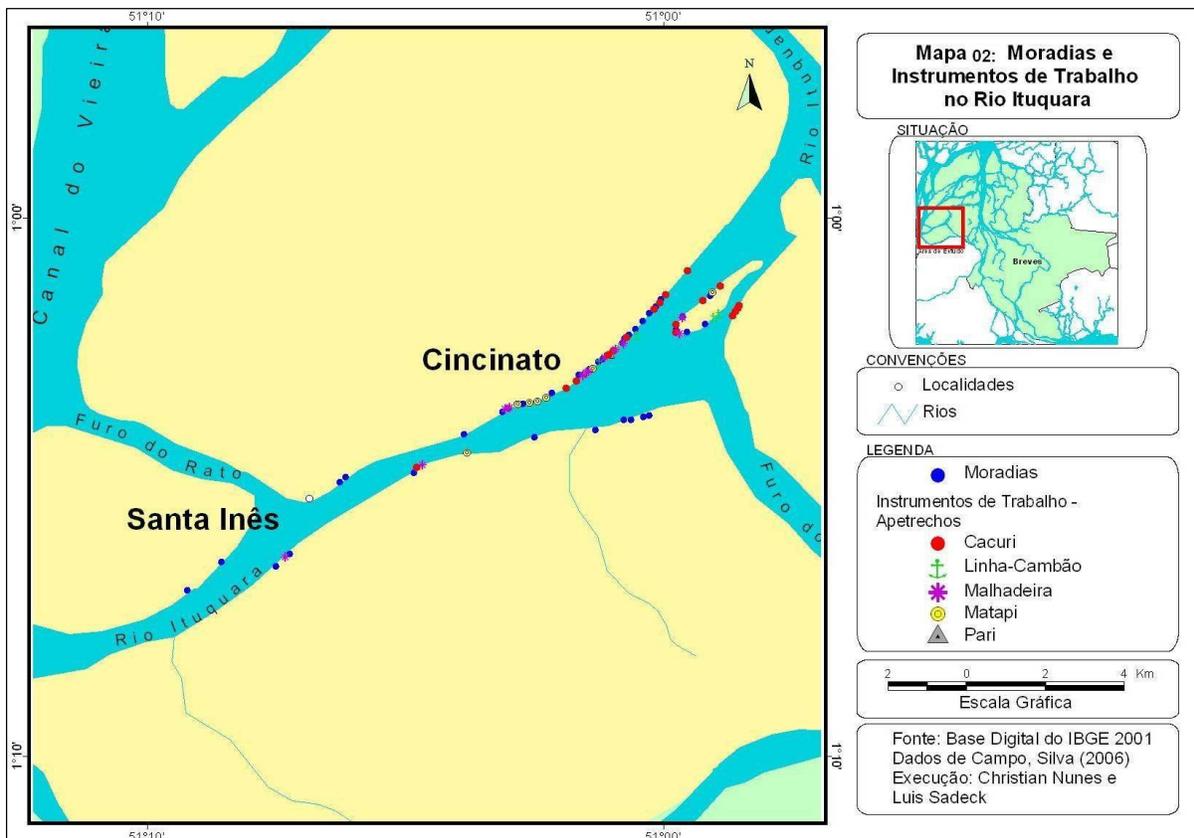


Desta realidade pode-se cartografar os diversos pesqueiros e fazer uma sobreposição de suas áreas de abrangência, que são os limites acordados dos pesqueiros, onde poder ser

verificado a intersecção entre os pesqueiros e áreas de provável conflito. Ou seja, do fato da sobreposição de pesqueiros, e outras áreas onde a demanda pelo pescado é maior, podem ocorrer maiores incidências de conflitos entre os pescadores, tendo em vista que são pontos que não estão demarcados territorialmente por limites visíveis (mapa 01), mas sim por regras de pesca que podem ser rompidas com/sem a intenção do usuário.

Os pesqueiros demonstrados acima obedecem a um conjunto de regras criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder e se expressam em cartografias próprias que possuem das características naturais – a existência dos recursos, que ainda são regidos por hábitos e costumes dos pescadores locais. Por exemplo, a referência de um pesqueiro geralmente é identificada por um recurso natural, uma árvore, uma moita, um igarapé, etc.

Todavia, ocorrem em rios da região amazônica características pouco comuns quando se relaciona com outros pescadores do litoral e das áreas continentais do território brasileiro – a não ser com os pescadores de lago (MCGRATH, 1993), pois estes pescadores não precisam, ou não têm o costume, de sair das proximidades de sua residência para pescar, conforme demonstra o mapa 02, onde se observa que a localização das residências encontra-se próximas aos pesqueiros e dos instrumentos de trabalho, os apetrechos. Fato diferente para a maioria dos pescadores do litoral que têm na atividade da pesca uma tendência ao *nomadismo*, isto é, a procura dos recursos pesqueiros em locais distantes de sua residência (CARDOSO, 1996; 2001a e b; BEGOSSI, 2004). Este *nomadismo* não ocorre com os pescadores de alguns rios da Amazônia (como por exemplo, no rio Itaquara, mapas 01 e 02), pois os pesqueiros estão situados à frente de suas moradias ou de seus parentes próximos, fazendo disso uma característica peculiar – um tipo de “pesca sedentária”, onde o pescador pesca em um único local, próximo à sua habitação. Assim como os apetrechos, os pesqueiros também estão localizados em frente às residências, conforme o mapa 02 abaixo. Tal fato dá aos territórios de pesca uma característica multiterritorial, visto que diversas atividades são realizadas no mesmo território, considerando ainda o transporte de pessoas e produtos que são realizados no rio para diversas cidades da região.



Observa-se também que os pesqueiros existentes em ambiente de rio, como demonstrado acima, pela singularidade de estarem presentes – não por acaso, como já foi dito, em frente às residências, tornam-se uma extensão desta, uma parte do terreno que deixa de ser comum de todos, a *res communis* (SANTOS, 1994) – o rio, a água, o meio aquático, para se tornar um bem particular cujo poder é expresso por meio da identidade dos pescadores com os pesqueiros. Esta noção do recurso natural enquanto um bem privado, de posse do pescador que detém o pesqueiro e sua territorialidade é aceita formalmente pelos pescadores do rio, tendo como principal defensor desta configuração a colônia de pescadores da qual são integrantes.

Entretanto, do rompimento de regras entre pescadores ou outros usuários ou da não aceitação dos territórios de pesca surgem conflitos. Maneschy (1993) verificou a existência de conflitos entre pescadores locais e barcos da frota empresarial no litoral paraense, decorrentes da superposição de áreas de atuação e da predação dos estoques pesqueiros, onde “[...] a disputa pelo mesmo espaço de atuação – no caso as águas estuarinas, provocava confrontos diretos entre pescadores industriais e artesanais, sendo estes últimos os mais prejudicados” (LOUREIRO apud MANESCHY, 1993, p. 44). O Quadro 01 abaixo apresenta alguns tipos de conflitos mais comuns existentes em ambientes de rio no estuário amazônico.

A negação ou não-reconhecimento de pesqueiros acarreta conflitos que podem levar à morte de pescadores, conforme foi evidenciado em pesquisa de campo em janeiro de 2006, onde um pescador “ultrapassou o pesqueiro de outro” e foi assassinado com um tiro de espingarda nas margens do rio (SILVA, 2006).

Quadro 01: Conflitos existentes em ambientes de rio na região amazônica

Tipos de conflitos	Causa	Consequência
Contra outros pescadores locais	Invasão de territórios de pesca	Brigas e até casos de homicídios
Contra embarcações que passam pelos rios	Lixo atirado pelas embarcações que podem enroscar e furar as redes	Rio poluído e redes rasgadas
Contra pescadores de fora	Territórios de pesca	Brigas sem casos de homicídios até o momento
Contra órgãos de fiscalização (Ibama, Secretarias ambientais)	Falta de Fiscalização e /ou fiscalização excessiva.	Descumprimento das normas legais da pesca na região
Contra organizações não-governamentais (Sindicatos, Colônias, Associações, etc)	Denúncias de pesca ilegal	Brigas e até casos de homicídios

Fonte: Pesquisa de campo (SILVA, 2006)

Para tentar acabar ou minimizar os conflitos entre os pescadores, as colônias de pesca e os pescadores individuais estabelecem “acordos de pesca” (MCGRATH; CÂMARA, 1995), que são regras de uso dos recursos pesqueiros com o objetivo de não gerar conflitos entre os usuários. Estes acordos não pressupõem a sua legalização pelo poder público para poderem vigorar entre os pescadores. Furtado (1994, p. 69) verifica que “[...] estas ‘leis’ são comumente chamadas de ‘acordos’ e são elaborados pelos membros das comunidades de pescadores nas assembleias gerais de suas associações”.

Begossi (2004) analisa esta realidade em seu estudo em rios e no litoral brasileiro, onde a questão dos limites, da territorialidade entre os pescadores é solucionada com estes acordos entre os participantes, muitas vezes, acordos informais, não determinados, mas reconhecidos pelos pescadores pelo seu cotidiano e hábitos culturais.

Com relação à aplicação do conceito de territorialidade às populações humanas, vale lembrar que os conflitos muitas vezes solucionados mediante acordos ou regras, informais ou formais, ou apenas hábitos culturais ou leis costumeiras (*customary laws*). Cordell observou, na Bahia, que não havia necessidade de estar fisicamente presente para a defesa de um pesqueiro, pois o conceito de *respeito* já era suficiente para marcar a apropriação deste pesqueiro (BEGOSSI, 2004, p. 226).

Em alguns rios da Amazônia, como ocorre no estado do Pará e do Amazonas (RUFFINO, 2005; MCGRATH, 1993), estes acordos existem e são respeitados pelos pescadores locais durante o ano todo. Begossi (2004) enfoca que o “manejo participativo dos recursos naturais” é também importante quando se trata de envolver as comunidades de pescadores no manejo da pesca e acabar com conflitos, uma vez que, conforme afirmado anteriormente, estes pescadores geralmente “apresentam regras sociais e estratégicas de pesca que podem favorecer a conservação dos recursos pesqueiros, como a territorialidade e o manejo comunitário de recursos” (BEGOSSI, 2004, p. 189).

Todas estas estratégias para mitigar os conflitos de pesca que ocorrem em alguns rios da Amazônia (SILVA, 2006) são importantes para serem efetivadas e devem levar em consideração a percepção territorial do indivíduo, tendo em vista que é o principal motivo para as divergências existentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto acima, por meio das metodologias utilizadas para a elaboração deste trabalho e, sem pretender atribuir valor a uma relação de territorialidade existente aos pescadores, pode-se observar que, a partir da percepção desses indivíduos, pode-se atribuir uma noção de importância relativa aos costumes como estes pescadores mantêm com o território em que vivem principalmente em relação aos pesqueiros. Essa percepção valorativa⁶, reconhecimento e/ou importância, leva em consideração a percepção territorial e ambiental do pescador artesanal e pode ser expressa da seguinte forma:

- *Valor cultural*: é a importância que o indivíduo atribui ao território, considerando aspectos como identidade, costumes e hábitos. É neste aspecto, de manutenção cultural, que o reconhecimento cultural deve ser enfatizado, levando em consideração como o habitante sobrevive e não impondo uma realidade que não pode ser simplesmente transportada para o ambiente do pescador. Contudo, objetos e outros tipos de aparatos não dotados de uma simbologia tradicional para o pescadores passam a ser utilizados de forma mais freqüente, visto que esse ambiente está aberto a novos atores e processos, mais ainda com o processo de globalização. A esse respeito as organizações governamentais e não-governamentais apresentam-se como um importante incentivador da cultura local. Mais especificamente, da manutenção de tradições que pareçam únicas no ambiente amazônico, em áreas que abarquem populações com tradição na utilização dos recursos naturais.
- *Valor econômico*: É a importância atribuída ao território e seus recursos na possibilidade de obtenção de renda para a sua subsistência; está relacionada à qualidade de vida do pescador. Desse modo, os pescadores artesanais devem ter um padrão de renda garantido economicamente para atender seus desígnios de subsistência. As verificações acerca dessa temática geram diversas divagações em como o habitante amazônida pode melhorar seu padrão de vida, seja por meio do

⁶ A percepção de valorização é utilizada como sinônimo de importância e reconhecimento do território pelo pescador artesanal, sendo trabalhada com o mesmo sentido, essas percepções foram extraídas a partir das conversas e relatos dos pescadores do rio Ituquara que, cartografaram seus pesqueiros e dispuseram para análise os seus modos de vida e suas territorialidades, concretizadas em forma de produtos cartográficos de geoinformação, como mostram os mapas 01 e 02 desse trabalho.

extrativismo dos recursos naturais ou com o uso e manejo racional dos recursos naturais. É possível que para os próximos anos os reflexos de uma nova política sobre a atividade extrativa, incluindo a pesca e os produtos da floresta devem se fazer sentir não somente sobre um estilo de produção baseada na pesca artesanal, mas também sobre a melhoria das condições de vida das populações engajadas nessas atividades.

- *Valor espacial-ecológico*: diz respeito à questão de espacialidade, relacionada à produção espacial dos pescadores e ao uso racional do território, como sinônimo de uso dos recursos naturais. Deve-se considerar a relação entre campo e cidade, evitando a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder, orientada por processos de utilização que respeitem os ciclos temporais de equilíbrio natural e pela preservação das fontes de recursos energéticos e naturais. Esta concepção implica na intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com a mínima deterioração.
- *Valor social*: é o reconhecimento da importância de se participar ativamente das questões de interesse das comunidades. O reconhecimento social estaria relacionado à redução das diferenças sociais a partir da participação comunitária, incrementada pelo maior acesso à educação em busca de uma sociedade cada vez mais equitativa. Segundo essa concepção, é necessário investimento em educação para que os pescadores se sintam dignos de sua condição e não procurem outras formas de sobrevivência que o obriguem a deixar seus espaços de convivência.

A partir desses aspectos da percepção valorativa do ambiente, e do que foi apresentado no decorrer desse trabalho, pode-se verificar que os pescadores artesanais estabelecem seus comportamentos com o espaço que os circunda buscando, quando possível, o melhor relacionamento com os recursos pesqueiros, pois de seu uso depende a continuidade de sua existência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. *Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná – Brasil*. Curitiba: Universidade do Paraná/Université Paris 7/Université Bordeaux 2, 1999. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)
- BEGOSSI, A. Mapping spots: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). *Reg Environ Change*, 2001.
- _____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-255.
- _____. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. *Ecology and Society*, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- CARDOSO, E. S. *Vitoreiros e monteiros: ilhéus do litoral norte paulista*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1996.
- _____. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2001a.
- _____. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, p. 79-88, USP, 2001b.
- CUNHA, L. H. Saberes patrimoniais pesqueiros. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Dialogo de saberes e percepção ambiental*, Curitiba, p. 71-79, UFPR, 2003.
- FURTADO, L. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, J. M (orgs). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF/Contexto, 2002.
- _____. *O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém: MPEG, 1995, p. 295-339.

- ISAAC, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro In: *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Ano 58. nº 03. jul./ago./set. 2006. p. 33-37.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. [S.l.]: Cosmos, 1954.
- MALDONADO, S. C. *Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANNABLUME, 1993.
- MANESCHY, M. C. *Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: CFCH/UFPA, 1993.
- MCGRATH, D. G. Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 389-402.
- MCGRATH, D. G.; CÂMARA, E. P. L. A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém: MPEG, 1995, p. 87-132.
- MORAES, Sérgio C. et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. In: XIMENES, T. (org.). *Políticas pesqueiras nos países amazônicos*. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996. p. 437-502. _____. *De homens e peixes: a metamorfose da vida na água*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- OLIVEIRA, Livia de. Ainda sobre percepção, cognição e representação geográfica. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2004. p. 189-196.
- OLIVEIRA, Livia de; MACHADO, Lucy Marion C. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, Antonio Carlos; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). *Geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 129-152.
- RUFFINO, M. L. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus: IBAMA, 2005.
- SANTOS, H. A. *Direito pesqueiro: Decreto-lei n. 221/67*. Belém: IOEPA, 1997.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. A encruzilhada da política ambiental brasileira. In: D'INCAO, M. (org.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Uso dos recursos por ribeirinhos no médio rio Negro. In: BEGOSSI, A. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 89-148.
- SILVA, Christian Nunes da. *Modo de vida, meio ambiente e estudo de gênero na ilha Trambioca (Barcarena – PA)*. 2003. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003a.
- _____. *Modo de vida e organizações sociais no Estuário Amazônico*. Belém: Revista Humanitas, 2003b
- _____. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA*. Belém: CFCH/UFPA, 2006. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará).
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil)